



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

18
R

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU nº 0024551-79.2012.8.17.0000

Embargos de Declaração nº 0190988-8/03

Embargante: Cidade do Recife Transportes S/A – CRT

Embargado: Osmundo Afonso de Oliveira Melo

Relator: Des. Tenório dos Santos

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE. 1. Não há qualquer omissão na decisão embargada, já que o nexos de causalidade e o evento danoso restaram devidamente comprovados por documento apensado aos autos pela própria embargante às fls. 60 dos autos. **2.** Como a parte ora embargada sucumbiu minimamente em seu pleito, deve a empresa embargante arcar com a integralidade das custas processuais. **3.** Recurso de agravo a que se nega provimento por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração nº 0190988-8/03, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a Quarta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** aos aclaratórios, tudo em conformidade com o voto, as notas taquigráficas e demais peças processuais que passam a integrar este julgado.

Recife, 21/3/18

Tenório dos Santos
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

19
02

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU nº 0024551-79.2012.8.17.0000

Embargos de Declaração nº. 0190988-8/03

Embargante: Cidade do Recife Transportes S/A – CRT

Embargado: Osmundo Afonso de Oliveira Melo

Relator: Des. Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos por **Cidade do Recife Transportes S/A**, alegando que o acórdão recorrido fora omissos quanto à fundamentação no que tange à reforma da sentença de base.

A sentença de fls. 208/210 julgou improcedente o pedido inicial por insuficiência de provas.

Em seguida, o autor apelou da decisão, sendo o seu pleito parcialmente atendido na decisão terminativa de fls. 308/311, que condenou a ora embargante ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) como indenização pelos danos extrapatrimoniais sofridos pelo ora recorrido, o que fora mantido por esta Quarta Câmara Cível no agravo embargado.

Insatisfeita com o decisum deste colegiado, a Cidade do Recife Transportes S/A interpôs os aclaratórios alegando omissão quanto aos argumentos que fundamentam o acórdão guerreado.

É o relatório, no essencial.

Recife, 21/3/10


Tenório dos Santos
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU nº 0024551-79.2012.8.17.0000

Embargos de Declaração nº 0190988-8/03

Embargante: Cidade do Recife Transportes S/A – CRT

Embargado: Osmundo Afonso de Oliveira Melo

Relator: Des. Tenório dos Santos

VOTO

Insurge-se a empresa embargante contra o r. acórdão em apenso, alegando que esta douta Relatoria foi omissa quanto às provas que deram suporte ao acórdão embargado, bem como se equivocou quando da fixação dos honorários de advogado, uma vez que não levava em conta a sucumbência recíproca das partes litigantes.

No que concerne ao primeiro ponto, transcrevo trecho da decisão embargada que expõe de forma clara a prova que deu supedâneo ao decisor desta Relatoria:

"É cediço que a ora agravante não negou em momento algum que o sinistro ocorrera com um de seus motoristas e um coletivo de sua propriedade, conforme se verifica às fls. 60 destes autos, tendo tão somente se limitado, em sua tese defensiva, a alegar que o acidente se dera por culpa exclusiva da vítima ora agravada e de que esta ostentava a condição de condutora de veículo não motorizado e não de usuária, afastando-se, destarte, a responsabilidade civil da agravante, conforme jurisprudência já ultrapassada do Supremo Tribunal Federal, colacionada em suas contrarrazões às fls. 241".

Embargos de Declaração nº 0190988-8/03

Nº 30/2012



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Descabida, portanto, a alegada omissão quanto ao acervo probatório, já que a referida documentação fora acostada pela própria parte embargante.

Assim, comprovados o dano e o nexo de causalidade, impõe-se a condenação da embargante para que repare os danos devidamente comprovados, uma vez que não há qualquer omissão no acórdão hostilizado.

Quanto à sucumbência recíproca, vejo que a parte ora apelada sucumbiu minimamente em seu pleito, razão pela qual a ora recorrente deve arcar com a integralidade das custas processuais e dos honorários de advogado.

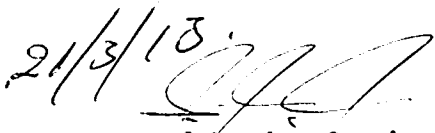
Nesta senda, trago à análise o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL - SUCUMBÊNCIA MÍNIMA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Havendo sucumbência mínima, os honorários de advogado serão pagos, por inteiro, pela parte que sucumbiu em maior proporção. Recurso provido. (REsp nº 209209/PR, Rel. Min. Garcia Vieira, Primeira Turma, julgado em 14/06/1999, publicado em 16/08/1999) (destaques nossos).

Ex *positis*, **CONHEÇO** dos aclaratórios, mas **NEGO-LHES PROVIMENTO.**

É como voto.

Recife, 21/3/18.


Tenório dos Santos
Des. Relator